

## **Discurso da ministra Miriam Belchior no IV Fórum Interconselhos**

**Brasília, 2 de setembro de 2013**

Desde a inauguração do Fórum Interconselhos, em maio de 2011, governo e sociedade compartilham a construção e o monitoramento do Plano Plurianual 2012-2015.

Estamos aqui hoje para discutir os resultados desse monitoramento, um processo inédito de participação social no monitoramento do PPA do governo federal.

A partir da maior riqueza das informações contidas no PPA, em novembro do ano passado o Terceiro Fórum Interconselhos decidiu monitorar as Agendas Transversais – que reúnem o conjunto dos compromissos de governo relativos a temas de natureza transversal e multissetorial.

- Igualdade Racial, Comunidades Quilombolas e Povos e Comunidades Tradicionais,
- Povos Indígenas,
- Políticas para as Mulheres,
- Criança e Adolescente,
- Juventude,
- Pessoa Idosa,
- Pessoa com Deficiência,
- População em Situação de Rua, e
- População LGBT.

É importante lembrar que a atenção a esses públicos, com enfrentamento de desigualdades historicamente construídas e situações de violência e violação de direitos, é parte constituinte da estratégia de desenvolvimento em curso, sobretudo no que se refere à sua dimensão social.

Os três últimos PPAs buscaram na justiça social uma das alavancas para o desenvolvimento, conjugando crescimento econômico com redução das desigualdades sociais e regionais.

Por isso, tem tido papel central na ação de governo o fortalecimento das políticas sociais, o que se mostra em consonância, por exemplo, com demandas apontadas nas ruas por diferentes atores sociais.

Nos últimos dez anos, tivemos resultados significativos, como:

- A retomada dos investimentos em infraestrutura social, com ampliação no acesso a bens e a condições adequadas de habitação, com o programa Minha Casa, Minha Vida;
- O esforço de ampliação e qualificação das redes de bens e serviços públicos, como saúde, educação e assistência social, cujo exemplo mais recente é o programa Mais Médicos;
- O crescimento da renda para todos os brasileiros, principalmente para os mais pobres, com aumento real de 75% no salário mínimo entre 2003 e 2012;
- A redução do desemprego ao seu mais baixo patamar histórico, com a criação, entre 2003 e 2012, de 16,8 milhões de empregos com carteira assinada; e
- A ampliação do acesso e da qualidade da educação, o que é fundamental para assegurar, no futuro, a manutenção da renda e da empregabilidade das pessoas.

Como apontei neste Fórum em novembro passado, os compromissos assumidos pelo governo no PPA estão articulados a uma nova forma de gestão do Estado, decisiva para dar efetividade às políticas e levá-las a públicos e territórios mais vulneráveis.

Para isso contribuíram:

- Uma maior coordenação das políticas multissetoriais e o fortalecimento da cooperação federativa, com efeitos positivos sobre a oferta de bens e serviços públicos em todo o País, e
- A introdução de monitoramento intensivo das prioridades, permitindo o enfrentamento dos entraves à sua realização.

Essas inovações na gestão estão no cerne de iniciativas como:

- o Plano Brasil sem Miséria – esforço para retirar da extrema pobreza públicos historicamente vulneráveis, com atenção especial a crianças e adolescentes, por meio da estratégia Brasil Carinhoso;
- o Plano Viver sem Limite, voltado ao atendimento das pessoas com deficiência; e
- o PAC – Programa de Aceleração do Crescimento, que contempla, por exemplo, a construção de creches e escolas de educação infantil, além de Unidades Básicas de Saúde – UBS e de Pronto Atendimento – UPAs, fundamentais para ampliar o atendimento de crianças, mas também das mulheres e da juventude.

Aliado aos avanços de gestão, houve forte expansão do investimento em políticas sociais.

A execução orçamentária da União para políticas sociais alcançou, em 2012, quase 17% do PIB – Produto Interno Bruto. Em 2000, atingia 13%.

Nos últimos dez anos, o montante mais que dobrou, já descontada a inflação.

Com isso, o governo aperfeiçoou as políticas sociais, em um movimento de expansão e consolidação do sistema de direitos introduzido pela Constituição de 1988.

A evolução do IDH municipal dá a dimensão desse processo.

Em 1991, 86% dos municípios brasileiros faziam parte do grupo de Muito Baixo Desenvolvimento Humano.

Em 2000, esse número caiu para 70%; em 2010, para 0,6%.

Hoje são apenas 32 municípios, entre quase 5.500 em todo o País, nesse grupo de Muito Baixo Desenvolvimento Humano.

Assim, a ação do governo para os públicos das Agendas Transversais deve ser analisada nesse contexto.

Entre os avanços que tivemos, posso citar:

- A criação, com status de ministério, das secretarias de Políticas para Mulheres, de Políticas de Promoção da Igualdade Racial e de Direitos Humanos;
- A instituição de políticas nacionais como as de Promoção da Igualdade Racial e de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres, entre outras;
- A aprovação dos estatutos do Idoso, da Igualdade Racial e da Juventude;
- A aprovação, neste ano, da Lei nº 12.845, que obriga os hospitais públicos a prestar atendimento emergencial e multidisciplinar às vítimas de violência sexual; e
- A “PEC das domésticas”, emenda à Constituição que ampliou direitos dos trabalhadores domésticos.

Além disso, na educação superior e tecnológica, acho importante destacar a aprovação da lei de cotas étnico-raciais para ingresso em universidades e institutos federais.

Na semana passada, o Ministério da Educação divulgou que, praticamente um ano depois, 34% das universidades e 83% dos institutos tecnológicos já alcançaram a meta prevista na lei, que reserva no

mínimo 50% das vagas para os cotistas.

Ainda segundo o MEC, 32% das vagas em universidades federais hoje estão ocupadas por pessoas que estudaram em escolas públicas.

No total, são mais de 46 mil estudantes, cujas notas guardam uma diferença mínima em relação aos demais.

Para o futuro, vale ressaltar que, dos mais de 7 milhões de inscritos neste ano no Enem – Exame Nacional do Ensino Médio, 4 milhões são negros.

Ou seja, mais da metade dos candidatos às universidades públicas federais são negros.

Nas universidades particulares, os negros também já são a metade dos beneficiários das bolsas do Prouni – Programa Universidade para Todos ou do financiamento aos estudantes de nível superior.

Esses números demonstram, a meu ver, passos significativos em direção a uma maior inclusão social – e, nos dois painéis que acontecerão hoje, creio que outros dados serão apresentados.

Neste sentido, resalto a importância do debate a ser feito nesta tarde sobre o monitoramento das Agendas Transversais.

O resultado deste nosso diálogo poderá contribuir para um maior conhecimento, pela sociedade, dos esforços de governo – mas, sobretudo, para reflexões e sugestões que sirvam de insumo para o aprimoramento das políticas existentes.

Isso porque, apesar dos resultados já alcançados, há muito ainda a ser feito.

O monitoramento das Agendas Transversais é também uma oportunidade para aproximarmos os ciclos das conferências nacionais de políticas públicas com o ciclo do Plano Plurianual, para que as propostas da sociedade civil possam ter cada vez mais influência sobre o planejamento público.

A Secretaria de Igualdade Racial já está em busca desta articulação e poderá ser um modelo orientador para as demais conferências.

Como parte desse esforço, a Ministra Luiza Bairros coordenará a próxima mesa, que aborda a igualdade racial no Projeto Nacional de Desenvolvimento.

Convido, então, todas e todos a participar destes dois debates, que formam um processo inovador de monitoramento participativo do PPA.

Desejo que deste debate surjam boas ideias para fazermos um país cada vez melhor.

Muito obrigada.